

**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DA REPÚBLICA ITALIANA SOBRE A PROTEÇÃO MÚTUA
DE INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Italiana
(doravante denominados "Partes"),

Reconhecendo a necessidade de garantir a segurança de Informação Classificada trocadas entre si por meio de organizações públicas ou privadas detentoras de Habilitação de Segurança;

Tendo considerado a necessidade de estabelecer regras comuns apropriadas a serem aplicadas à negociação, adoção e implementação de acordos ou contratos de cooperação entre organizações públicas ou privadas;

Desejando estabelecer um conjunto de regras e procedimentos sobre a segurança de Informações Classificadas, de acordo com as leis e regulamentos da República Federativa do Brasil e da República Italiana;

Considerando que o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e Governo da República Italiana sobre Proteção Mútua de Informações Classificadas, celebrado em Roma em 22 de novembro de 2010, nunca entrou em vigor e, portanto, é considerado nulo pelas Partes;

Concordam com o seguinte:

ARTIGO 1

Objeto e Aplicabilidade

1. O presente Acordo estabelece regras e procedimentos comuns para a segurança de Informações Classificadas trocadas entre organizações públicas ou privadas habilitadas pelas Partes e seus indivíduos credenciados.
2. Nenhuma das Partes poderá invocar o presente Acordo com o objetivo de obter Informação Classificada que a outra Parte tenha recebido de uma Terceira Parte.
3. O presente Acordo será implementado de acordo com o direito internacional aplicável, com as legislações brasileira e italiana e, apenas para a Parte Italiana, de acordo com as obrigações decorrentes da adesão à União Europeia.

ARTIGO 2

Definições

Para os fins do presente Acordo:

- a) “Informação Classificada” designa qualquer informação, ato, atividade, documento, material ou coisa classificada de acordo com o Artigo 4º a seguir;
- b) “Autoridade Nacional de Segurança (ANS)” designa a entidade ou autoridade indicada por cada Parte para a implementação do presente Acordo;
- c) “Terceira Parte” designa qualquer organização internacional ou Estado que não seja Parte do presente Acordo;
- d) “Instrução de Segurança de Projeto” designa os procedimentos e medidas de segurança aplicáveis a um determinado projeto ou Contrato Classificado;
- e) “Contrato Classificado” designa qualquer contrato que contenha ou implique em conhecimento de Informação Classificada;
- f) “Violação e Comprometimento da Segurança” designa qualquer ação ou omissão, intencional ou acidental, que consista na violação de normas relativas ao Tratamento de Informação Classificada ou que resulte na divulgação ou risco de divulgação de Informação Classificada;
- g) “Tratamento” designa a gestão, seleção, comparação, recepção, produção, reprodução, tradução, utilização, acesso, transporte, transmissão, distribuição, armazenamento, destruição e controle de Informação Classificada;
- h) “Credencial de Segurança Pessoal” designa a qualificação de indivíduos para o Tratamento de Informação Classificada;

- i) “Credencial de Segurança” designa o certificado, concedido pela Autoridade Nacional de Segurança a uma entidade privada ou pública e ao seu pessoal, que permite a uma determinada pessoa o acesso à informação em diferentes níveis de sigilo;
- j) “Habilitação de Segurança para Organizações Públicas e Privadas” designa a qualificação de organizações públicas e privadas para o Tratamento de Informação Classificada;
- k) “Necessidade de Conhecer” designa o princípio pelo qual o acesso à Informação Classificada é permitido apenas às pessoas que tenham Necessidade de Conhecer em virtude de suas funções, independentemente de qualquer Credencial de Segurança Pessoal e hierarquia ou posição ocupada; e
- l) “Visita” designa o acesso de indivíduos a organizações públicas e privadas para os fins deste Acordo e que envolvam o Tratamento de Informação Classificada.

ARTIGO 3

Autoridades Nacionais de Segurança

1. As Autoridades Nacionais de Segurança responsáveis pela implementação do presente Acordo são:
 - a) pela República Federativa do Brasil, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR); e
 - b) pela República Italiana, a Presidência do Conselho de Ministros - Dipartimento delle Informazioni per la Sicurezza (DIS) - Ufficio Centrale per la Segretezza).
2. As Autoridades Nacionais de Segurança informar-se-ão mutuamente sobre as respectivas legislações que regulam a segurança da Informação Classificada, bem como sobre as modificações nelas introduzidas. Cada Parte informará oportunamente a outra Parte de quaisquer alterações relativas à Organização e às Autoridades responsáveis pela implementação do presente Acordo.
3. Com o objetivo de garantir uma cooperação estreita na aplicação do presente Acordo e com a intenção de adquirir conhecimento dos procedimentos e medidas de segurança aplicáveis à Informação Classificada, a Autoridade Nacional de Segurança de uma Parte pode consultar a Autoridade Nacional de Segurança da outra, por meio, inclusive, de visitas mútuas previstas no art. 8º do presente Acordo.
4. As Partes reconhecerão mutuamente as Credenciais de Segurança emitidas de acordo com a legislação da outra Parte.
5. As Partes garantirão que as respectivas Autoridades Nacionais de Segurança assegurem que as organizações públicas ou privadas de seus países cumpram as obrigações do presente Acordo em conformidade com suas respectivas leis e regulamentos.

ARTIGO 4
Regras de Segurança

1. As Partes concordam que os seguintes respectivos níveis nacionais de sigilo são equivalentes:

Pela República Italiana	Pela República Federativa do Brasil
SEGRETISSIMO	ULTRASSECRETO
SEGRETO	SECRETO
RISERVATISSIMO	RESERVADO
RISERVATO	(Sem equivalente na legislação brasileira)

2. A Parte brasileira tratará e protegerá a Informação Classificada italiana marcada como "RISERVATO" de uma forma não menos rigorosa do que aquela garantida pelas normas e procedimentos relevantes para a Informação Classificada marcada como "RESERVADO".

3. De acordo com o parágrafo 1 deste Artigo, cada uma das Partes garante que a Informação Classificada da outra Parte seja atribuída pelo menos a proteção equivalente prevista pela legislação nacional.

4. As Partes não devem modificar ou cancelar a classificação de segurança da Informação Classificada da outra Parte sem a sua autorização prévia.

5. A Parte que origina ou transmite o documento deve informar ao Recebedor a modificação efetuada nas informações trocadas.

6. O acesso à Informação Classificada marcada como RISERVATISSIMO / RESERVADO e acima é concedido a indivíduos que tenham a Necessidade de Conhecer e que possuam a Credencial de Segurança apropriada.

7. As Partes comprometem-se a não transferir ou divulgar a Informação Classificada trocada sem a prévia autorização por escrito da Parte originadora ou transmissora.

8. A Informação Classificada transmitida somente será utilizada para os fins para o qual foi transmitida.

9. A Informação Classificada marcada como SEGRETISSIMO / ULTRASSECRETO não deve ser traduzida, reproduzida ou destruída, a menos que expressamente autorizado, por escrito, pela Autoridade Nacional de Segurança da Parte de Origem ou Transmissora.

10. A tradução e reprodução de Informação Classificada deve ser feita em conformidade com os seguintes procedimentos:

- a) os tradutores devem possuir uma Credencial de Segurança Pessoal apropriada ao nível de classificação de segurança das informações a serem traduzidas;
- b) as traduções e reproduções devem ser marcadas com a mesma classificação da Informação Classificada original;

- c) as traduções e reproduções devem ser submetidas à legislação Nacional; e
- d) as traduções devem ser marcadas, no idioma da tradução, com a classificação de segurança equivalente à da Informação Classificada original.

ARTIGO 5

Credencial de Segurança Pessoal

1. Caso alguma pessoa necessite conhecer Informação Classificada como RISERVATISSIMO / RESERVADO ou superior devido às suas funções, deverá possuir uma Credencial de Segurança adequada. As Partes comprometem-se a emitir a Credencial de Segurança em conformidade com a sua legislação Nacional.
2. Antes de emitir a Credencial de Segurança para uma pessoa, em conformidade com a legislação aplicável, deve ser realizado um inquérito para garantir a lealdade e a confiabilidade da pessoa em questão. Mediante solicitação, as Autoridades Nacionais de Segurança devem cooperar e prestar assistência mútua durante os procedimentos de verificação necessários para a liberação de Credenciais de Segurança Pessoais.

ARTIGO 6

Transmissão entre as Partes

1. A Informação Classificada será transmitida entre as Partes por via diplomática ou da administração pública reconhecida como canal governamental, ou em diferentes modalidades a serem acordadas pelas Partes, caso a caso. As informações SEGRETISSIMO / ULTRASSECRETO serão transmitidas apenas por via diplomática entre as Partes.
2. A Informação Classificada deve ser transmitida, nos termos da respectiva regulamentação, através de sistemas de comunicações, redes ou outros meios eletromagnéticos protegidos, a acordar previamente entre as Partes.
3. A transmissão de Informação Classificada em grande volume ou quantidade deve ser aprovada por ambas as Autoridades Nacionais de Segurança em cada caso.
4. A Autoridade Nacional de Segurança da Parte Receptora acusará o recebimento, por escrito, de Informação Classificada.

ARTIGO 7

Contratos Classificados

1. A Credencial de Segurança é obrigatória para qualquer indivíduo, organização pública ou privada envolvida na negociação e celebração de Contratos Classificados.
2. A qualquer subcontratado será também concedida Credencial de Segurança adequada, estando vinculado à segurança de Informação Classificada.

3. Se organizações públicas ou privadas autorizadas de uma das Partes obtiverem um contrato a ser realizado no território da outra Parte e o contrato envolver a troca de Informação Classificada, a Parte em cujo território o contrato será executado deverá cumprir as medidas de segurança apropriadas para a proteção da informação em conformidade com as leis, regras e regulamentos nacionais.

4. Os Contratos Classificados devem incluir as seguintes disposições:

- a) referência a este Acordo;
- b) identificação específica da Informação Classificada a ser tratada;
- c) previsão de uma Instrução de Segurança de Projeto, incluindo uma lista do pessoal envolvido em atividades classificadas e portando Credenciais de Segurança;
- d) responsabilidade pelos danos resultantes da Violação e Comprometimento da Segurança;
- e) obrigação de comunicar qualquer Quebra de Segurança e comprometimento da segurança à sua Autoridade Nacional de Segurança;
- f) proibição de terceirizar total ou parcialmente o objeto sem autorização expressa das Partes; e
- g) previsão dos canais e meios de comunicação para a transmissão de Informação Classificada.

5. Uma cópia do Contrato Classificado deve ser enviada à Autoridade Nacional de Segurança da Parte onde o Contrato Classificado será executado para verificação do cumprimento dos Termos de Segurança.

ARTIGO 8

Visitas

1. As visitas a qualquer instalação de uma Parte por cidadãos da outra Parte envolvendo acesso a Informação Classificada estarão sujeitas a autorização prévia, por escrito, pela Autoridade Nacional de Segurança da Parte visitada.

2. As visitas devem ser solicitadas pela Autoridade Nacional de Segurança com antecedência mínima de quarenta (40) dias da data prevista para a visita.

3. Os cidadãos de uma das Partes que solicitarem visitas nos termos deste artigo deverão:

- a) ser autorizado a receber ou ter acesso à Informação Classificada com base na "Necessidade de Conhecer", e
- b) ter Credencial de Segurança concedida por seu país de origem.

4. Os pedidos de visita devem incluir:
- a) nome completo do visitante, data e local de nascimento, número do passaporte ou outra carteira de identidade;
 - b) indicação da organização pública ou privada a que pertence o visitante;
 - c) descrição da Visita, organização pública ou privada que se pretende visitar, período, objeto e finalidade da Visita;
 - d) indicação de contato local na organização pública ou privada que se pretende visitar, incluindo nome completo, endereço eletrônico e telefone;
 - e) indicação do grau de sigilo da informação que se pretende acessar; e
 - f) Credencial de Segurança do visitante, incluindo nível de sigilo permitido, prazo de validade e eventual limitação.
5. A Autoridade Nacional de Segurança do país anfitrião notificará a Autoridade Nacional de Segurança do país do visitante de sua decisão com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data prevista para a Visita.
6. Uma vez autorizada a visita, a Autoridade Nacional de Segurança do país anfitrião fornecerá uma cópia da solicitação à organização pública ou privada a ser visitada.
7. No caso de projetos ou contratos que exijam Visitas recorrentes, poderá ser elaborada uma lista de pessoas autorizadas. Essa lista não pode ser válida por um período superior a doze (12) meses.

ARTIGO 9

Violação e Comprometimento da Segurança

1. Em caso de Violação e Comprometimento da Segurança relacionados à Informação Classificada envolvendo as Partes, a Autoridade Nacional de Segurança da Parte onde ocorreu a Violação e Comprometimento da Segurança, comunicará imediatamente à Autoridade Nacional de Segurança da outra Parte.
2. A Parte que detém a Informação Classificada da outra Parte que foi violada ou comprometida deve realizar uma investigação sobre o evento que causou a violação ou comprometimento e deve informar a outra Parte dos resultados e das medidas corretivas aplicadas.

ARTIGO 10

Custos

Cada Parte arcará com seus próprios custos relativos à implementação deste Acordo, sem exceder sua disponibilidade de orçamento ordinário.

ARTIGO 11
Resolução de Controvérsias

1. Quaisquer controvérsias sobre a interpretação ou aplicação do presente Acordo serão resolvidas por meio de consultas e negociação direta entre as Partes.
2. Durante o período de solução de controvérsias, as Partes continuarão a cumprir o presente Acordo.

ARTIGO 12
Entrada em Vigor

1. O presente Acordo entrará em vigor no primeiro dia do segundo mês após a data da segunda notificação, com a qual as Partes se informaram oficialmente do cumprimento dos procedimentos legais pertinentes.
2. O presente Acordo revogará o Acordo para a Manutenção do Sigilo entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana, de 27 de agosto de 1976, feito por troca de Notas, que deixará de produzir efeitos na data de entrada em vigor deste Acordo.

ARTIGO 13
Emendas

1. O presente Acordo pode ser alterado por escrito por consentimento mútuo das Partes.
2. As emendas entrarão em vigor de acordo com os termos estabelecidos no Artigo 12 do presente Acordo.

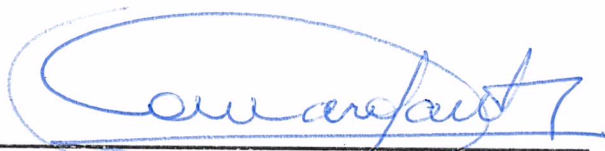
ARTIGO 14
Vigência e Rescisão

1. O presente Acordo permanecerá em vigor por tempo indeterminado.
2. Qualquer Parte pode notificar à outra, a qualquer momento, sua decisão de rescindir o presente Acordo. A rescisão entrará em vigor seis (6) meses após a data de tal notificação.
3. Em caso de rescisão, todas as Informações Classificadas trocadas nos termos do presente Acordo continuarão a ser protegidas pela Parte Receptora, a menos que a Parte Transmissora isente a Parte Receptora dessa obrigação.

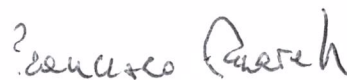
Feito em Brasília, em 4 de julho de 2023, em dois (2) originais, cada um em português, italiano e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, o texto em inglês prevalecerá.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PELA REPÚBLICA ITALIANA



MARCOS ANTONIO AMARO DOS SANTOS
Ministro de Estado Chefe do Gabinete de
Segurança Institucional da Presidência da
República



FRANCESCO AZZARELLO
Embaixador da Itália no Brasil

**AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF
BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE ITALIAN REPUBLIC ON THE
MUTUAL PROTECTION OF CLASSIFIED INFORMATION**

The Government of the Federative Republic of Brazil

and

The Government of the Italian Republic
(hereinafter referred to as "Parties"),

Recognizing the need to guarantee the security of Classified Information exchanged between them through public or private organizations holding security clearance;

Having considered the need to establish appropriate common rules to be applied to the negotiation, adoption and implementation of cooperation agreements or contracts between public or private organizations;

Wishing to establish a set of rules and procedures about the security of Classified Information, in accordance with the laws and regulations of both the Federative Republic of Brazil and of the Italian Republic;

Considering that the Agreement between the Government of the Italian Republic and the Government of the Federative Republic of Brazil on Mutual Protection of Classified Information done at Rome on November 22nd, 2010, has never entered into force and is therefore considered void by the Parties;

Agree as follows:

ARTICLE 1

Object and Applicability

1. The present Agreement establishes common rules and procedures for the security of Classified Information exchanged through cleared public or private organizations and their cleared individuals between the Parties.
2. Neither of the Parties shall invoke the present Agreement with the objective of obtaining Classified Information that the other Party has received from a Third Party.
3. The present Agreement will be implemented according to the international law applicable and to the Italian and Brazilian law and, for the Italian Party only, according to the obligations stemming from the membership of the European Union.

ARTICLE 2

Definitions

For the purpose of the present Agreement:

- a) "Classified Information" designates any classified information, act, activity, document, material or thing according to Article 4 hereafter;
- b) "National Security Authority - NSA" designates the entity or authority indicated by each Party for the implementation of the present Agreement;
- c) "Third Party" designates any international organization or State that is not a Party to the present Agreement;
- d) "Project Security Instruction" designates the applicable Security procedures and measures to a certain project or Classified Contract;
- e) "Classified Contract" designates any contract containing or entailing the knowledge of classified information;
- f) "Security Breach and Compromise" designates any action or omission, whether intentional or accidental, consisting in the violation of norms relating to the care of Classified Information or resulting in the disclosure or risk of disclosure of Classified Information;
- g) "Treatment" designates the management, selection, comparison, reception, production, reproduction, translation, utilization, access, transport, transmission, distribution, storage, destruction and control of Classified Information;
- h) "Personnel Security Clearance" designates the qualification of individuals for the treatment of Classified Information;

- i) "Security Credential" designates the certificate, granted by the National Security Authority to a private or public organization and its personnel, which enables a certain person to have access to information in different levels of secrecy;
- j) "Security Clearance for Public and Private Organizations" designates the qualification of public and private organizations for the treatment of Classified Information;
- k) "Need to Know" designates the principle to which access to classified information is allowed only to people who have the need to know because of their tasks, regardless of any personnel security clearance and hierarchy or position covered; and
- l) "Visit" designates access to individuals to public and private organizations for purposes of this Agreement and which entail dealing with Classified Information.

ARTICLE 3

National Security Authorities

1. The National Security Authorities responsible for the implementation of the present Agreement are:
 - a) for the Italian Republic, the Presidency of the Council of Ministers - Dipartimento delle Informazioni per la Sicurezza (DIS) - Ufficio Centrale per la Segretezza;
 - b) for the Federative Republic of Brazil, the Institutional Security Cabinet of the Presidency of the Republic - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR).
2. The National Security Authorities shall inform each other about their respective legislations regulating the security of Classified Information, as well as any modifications introduced thereto. Each Party will timely inform the other Party of any changes concerning the Organization and the Authorities responsible for the implementation of the present Agreement.
3. Aiming at ensuring a close cooperation in the application of the present Agreement and with the intent of acquiring knowledge of security procedures and measures applicable to Classified Information, the National Security Authority of one Party may consult the National Security Authority of the other, including through mutual visits as foreseen in Art. 8 of the present Agreement.
4. The Parties shall reciprocally recognize the Security Credentials issued pursuant to the legislation of the other Party.
5. The Parties will grant that the respective National Security Authorities ensure that public or private organizations of their countries shall abide by the obligations of the present Agreement according to their respective laws and regulations.

ARTICLE 4 Security Rules

1. The Parties agree that the following respective national levels of secrecy are equivalent:

For the Italian Republic	For the Federative Republic of Brazil
SEGRETISSIMO	ULTRASSECRETO
SEGRETO	SECRETO
RISERVATISSIMO	RESERVADO
RISERVATO	(No equivalent in Brazilian legislation)

2. The Brazilian Party will handle and protect Italian Classified Information marked "RISERVATO" in a manner not less stringent than that ensured by standards and procedures relevant for Classified Information marked as "RESERVADO".

3. In accordance to paragraph 1 of this Article, each of the Parties ensures that to the Classified Information of the other Party is assigned at least the equivalent protection envisaged by National legislation.

4. The Parties shall not modify or cancel the security classification of the other Party's Classified Information without their previous authorization.

5. The Party originating or transmitting the document shall inform the Receiving Party of the modification given to the information exchanged.

6. Access to Classified Information marked RISERVATISSIMO / RESERVADO and above is granted to individuals having the Need to Know and holding the appropriate Security Clearance.

7. The Parties undertake not to transfer or disclose Classified Information exchanged without the previous written authorization of the Originating or Transmitting Party.

8. The transmitted Classified Information shall only be used for the purposes for which it was transmitted.

9. Classified Information marked as SEGRETISSIMO / ULTRASSECRETO shall not be translated, reproduced or destroyed, unless expressly authorized, in writing, by the National Security Authority of the Originating or Transmitting Party.

10. Translations and reproductions of Classified Information shall be made in conformity with the following procedures:

- a) translators shall hold a Personnel Security Clearance appropriate to the level of security classification of the information to be translated;
- b) translations and reproductions shall be marked with the same classification of the original Classified Information;

- c) translations and reproductions shall be submitted to the National legislation; and
- d) translations must be marked, in the language of the translation, with the equivalent security classification of the original Classified Information.

ARTICLE 5

Personnel Security Clearance

1. If any person needs to know RISERVATISSIMO / RESERVADO or higher level of Classified Information because of his/her tasks, he/she shall hold an appropriate Security Clearance. The Parties undertake to issue the Security Clearance in compliance with their national legislation.
2. Before issuing the Security Clearance to a person, in compliance with the relevant legislation, an inquiry shall be carried out to ensure the loyalty and reliability of the person concerned. On request, the Competent Security Authorities shall cooperate and provide assistance to each other during the vetting procedures required for the release of Personnel Security Clearances.

ARTICLE 6

Transmission between the Parties

1. The Classified Information shall be transmitted between the Parties through diplomatic channels or through public administration recognized as governmental channels, or with different modalities to be agreed by the Parties, case by case. SEGRETISSIMO / ULTRASSECRETO information shall be transmitted only through diplomatic channels between the Parties.
2. The Classified Information shall be transmitted, in compliance with the respective regulations, through protected communications systems, networks, or other electromagnetic media, that have to be agreed upon in advance by the Parties.
3. The transmission of Classified Information in great volume or quantity shall be approved by both National Security Authorities in each case.
4. The National Security Authority of the Receiving Party shall acknowledge receipt, in writing, of the Classified Information.

ARTICLE 7

Classified Contracts

1. Security Clearance is mandatory to any individual, public or private organizations involved in the negotiation and implementation of Classified Contracts.
2. Any subcontractor shall also be granted proper Security Clearance, being bound by the security of the Classified Information.

3. If cleared public or private organizations of one of the Parties are awarded a contract to be carried out on the territory of the other Party and the contract entails the exchange of Classified Information, the Party on whose territory the contract is to be carried out shall enforce the appropriate security measures for the protection of the information in compliance with national laws, rules and regulations.

4. Classified Contracts shall include the following provisions:

- a) reference to this Agreement;
- b) specific identification of the Classified Information to be treated;
- c) forecast of a Project Security Instruction, including a list of personnel involved in classified activities and bearing Security Credentials;
- d) liability for the damages resulting from Security Breach and Compromise;
- e) obligation of communicating any Security Breach and Compromise to its National Security Authority;
- f) prohibition of totally or partially outsourcing the object without express authorization from the Parties; and
- g) forecast of the communications channels and means for the transmission of the Classified Information.

5. A copy of the Classified Contract shall be sent to the National Security Authority of the Party where the Classified Contract will be performed for verification of compliance with the Terms of Security.

ARTICLE 8

Visits

1. Visits to any facility of one Party by nationals of the other Party involving access to Classified Information shall be subject to previous authorization, in written form, by the National Security Authority of the Party being visited.

2. Visits shall be requested through the National Security Authority with a minimum notice of 40 (forty) days prior to the expected date of the visit.

3. Nationals of one Party applying to visits in the terms of this article shall:

- a) be authorized to receive or have access to the Classified Information on a Need to Know basis; and
- b) have Security Clearance granted by their country of origin.

4. Visit requests shall include:
- a) visitor's full name, date and place of birth, passport number or other identity card;
 - b) indication of the public or private organization to which the visitor belongs;
 - c) description of the Visit, public or private organization intended to be visited, period, object and purpose of the Visit;
 - d) indication of a local contact in the public or private organization intended to be visited, including full name, e-mail address and telephone number;
 - e) indication of the level of secrecy of the information intended to be accessed; and
 - f) visitor's Security Credential, including the level of secrecy allowed, the period of validity, and any eventual limitation.
5. The National Security Authority of the host country shall notify the National Security Authority of the visitor's country of its decision with a minimum notice of 10 (ten) days prior to the expected date of the Visit.
6. Once the Visit is authorized, the National Security Authority of the host country shall supply a copy of the request to the public or private organization to be visited.
7. In case of projects or contracts that demand recurring Visits, a list of authorized people may be elaborated. This list cannot be valid for a period longer than 12 (twelve) months.

ARTICLE 9

Security Breach and Compromise

1. In case of a Security Breach and Compromise related to Classified Information involving the Parties, the National Security Authority of the Party where the Security Breach and Compromise occurred shall immediately communicate to the National Security Authority of the other Party.
2. The Party holding the Classified Information of the other Party which has been violated or compromised shall carry out an investigation on the event that caused the violation or compromise and shall inform the other Party of the results and the corrective measures enforced.

ARTICLE 10

Costs

Each Party shall bear its own costs regarding the implementation of this Agreement, without exceeding its ordinary budget availability.

ARTICLE 11
Settlement of Disputes

1. Any disputes about the interpretation or application of the present Agreement shall be resolved through consultation and direct negotiation between the Parties.
2. During the period of dispute settlement, the Parties shall continue to comply with this Agreement.

ARTICLE 12
Entry into force

1. The present Agreement shall enter into force on the first day of the second month after the date of the second notification with which the Parties informed each other officially that the relevant legal procedures have been completed.
2. The present Agreement shall revoke the Agreement for the Maintenance of Secrecy between the Italian Republic and the Federative Republic of Brazil of August 27th 1976, done by exchange of notes, which shall cease to have effects on the date the present Agreement enters into force.

ARTICLE 13
Amendments

1. The present Agreement may be amended in written form by mutual consent of the Parties.
2. Amendments shall enter into force according to the terms established in Article 12 of the present Agreement.

ARTICLE 14
Validity and Termination

1. The present Agreement shall remain in force for unlimited time.
2. Any Party may notify the other, at any moment, its decision to terminate the present Agreement. The termination shall come into effect 6 (six) months after the date of such notification.
3. In case of termination, all Classified Information exchanged under the present Agreement shall continue to be protected by the Receiving Party, unless the Transmitting Party exempts the Receiving Party from that obligation.

Done at Brasília, on 4th July, 2023, in 2 (two) originals, each in the Italian, Portuguese and English languages, all texts being equally authentic. In case of any divergence of interpretation the text in English shall prevail.

FOR THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

FOR THE ITALIAN REPUBLIC

MARCOS ANTONIO AMARO DOS SANTOS
Minister of State Head of the Institutional
Security Cabinet of the Presidency

FRANCESCO AZZARELLO
Italian Ambassador to Brazil



ACCORDO TRA IL GOVERNO DELLA REPUBBLICA FEDERALE DEL BRASILE E IL GOVERNO DELLA REPUBBLICA ITALIANA SULLA RECIPROCA PROTEZIONE DELLE INFORMAZIONI CLASSIFICATE

Il Governo della Repubblica Federale del Brasile

e

Il Governo della Repubblica Italiana
(di seguito denominate "le Parti"),

Riconoscendo la necessità di garantire la sicurezza delle Informazioni Classificate scambiate tra loro attraverso organizzazioni pubbliche o private in possesso di abilitazione di sicurezza;

Considerando la necessità di stabilire adeguate norme comuni da applicare alla negoziazione, adozione e attuazione di accordi di cooperazione o contratti tra organizzazioni pubbliche o private;

Desiderando definire norme e procedure relative alla sicurezza delle Informazioni Classificate, nel rispetto delle leggi e dei regolamenti sia della Repubblica Italiana che della Repubblica Federale del Brasile;

Considerando che l'Accordo tra il Governo della Repubblica Italiana e il Governo della Repubblica Federale del Brasile sulla Mutua Protezione delle Informazioni Classificate, fatto a Roma il 22 novembre 2010, non è mai entrato in vigore ed è pertanto ritenuto nullo dalle Parti;

Concordano quanto segue:

ARTICOLO 1

Oggetto e applicabilità

1. Il presente Accordo stabilisce norme e procedure comuni per la sicurezza delle Informazioni Classificate scambiate tra le Parti attraverso organizzazioni pubbliche o private abilitate e dagli individui abilitati da esse impiegati.
2. Nessuna delle Parti può invocare il presente Accordo allo scopo di ottenere Informazioni Classificate che l'altra Parte ha ricevuto da una Parte Terza.
3. Il presente Accordo sarà attuato nel rispetto del diritto internazionale applicabile e della legge italiana e brasiliana nonché, per la sola Parte italiana, nel rispetto degli obblighi derivanti dall'appartenenza all'Unione Europea.

ARTICOLO 2

Definizioni

Ai fini del presente Accordo:

- a) "Informazione Classificata" designa ogni informazione, atto, attività, documento, materiale o cosa classificata ai sensi dell'Art. 4 di seguito;
- b) "Autorità Nazionale di Sicurezza -- NSA" designa l'ente o l'autorità indicata da ciascuna Parte per l'attuazione del presente Accordo;
- c) "Parte Terza" designa ogni organizzazione internazionale o Stato che non è parte del presente Accordo;
- d) "Istruzioni di Sicurezza del Progetto" designa le procedure e le misure di sicurezza applicabili ad un determinato progetto o Contratto Classificato;
- e) "Contratto Classificato" designa ogni contratto contenente o implicante la conoscenza di Informazioni Classificate;
- f) "Violazione e Compromissione di Sicurezza" designa qualsiasi azioni od omissione, intenzionale o accidentale, consistente nella violazione delle norme relative alla tutela delle Informazioni Classificate, ovvero risultante nella divulgazione o nel rischio di divulgazione di Informazioni Classificate;
- g) "Trattazione" designa la gestione, selezione, comparazione, ricezione, produzione, riproduzione, traduzione, utilizzo, accesso, trasporto, trasmissione, distribuzione, conservazione, distruzione e controllo di Informazioni Classificate;
- h) "Abilitazione di Sicurezza Personale" designa la qualificazione degli individui ai fini della trattazione di Informazioni Classificate;

- i) “Credenziali di Sicurezza” designa il certificato, rilasciato dall’Autorità Nazionale di Sicurezza, ad un’organizzazione pubblica o privata ed al suo personale, che permette a una determinata persona di avere accesso a informazioni aventi diversi livelli di segretezza;
- j) “Abilitazioni di Sicurezza per Organizzazioni Pubbliche o Private” designa la qualificazione di organizzazioni pubbliche o private alla trattazione di Informazioni Classificate;
- k) “Necessità di Conoscere” designa il principio ai sensi del quale l’accesso ad Informazioni Classificate è consentito esclusivamente a persone che abbiano la necessità di conoscere in virtù delle loro funzioni, indipendentemente da qualsiasi abilitazione di sicurezza personale e ruolo gerarchico o posizione detenuta;
- l) “Visita” designa l’accesso di individui a organizzazioni pubbliche o private ai fini del presente Accordo e che comporti la trattazione di informazioni Classificate.

ARTICOLO 3

Autorità Nazionali di Sicurezza

1. Le Autorità Nazionali di Sicurezza responsabili per l’attuazione del presente Accordo sono:
 - a) Per la Repubblica Italiana, la Presidenza del Consiglio dei Ministri – Dipartimento delle Informazioni per la Sicurezza (DIS) – Ufficio centrale per la Segretezza.
 - b) Per la Repubblica federale del Brasile, il Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI-PR);
2. Le Autorità Nazionali di Sicurezza si informano reciprocamente sulle rispettive normative che regolano la sicurezza delle Informazioni Classificate, e su ogni modifica ad esse apportata. Ciascuna Parte informa tempestivamente l’altra Parte di qualsiasi cambiamento riguardante l’Organizzazione e le Autorità responsabili per l’attuazione del presente Accordo.
3. Al fine di assicurare una stretta cooperazione nell’applicazione del presente Accordo e nell’intento di acquisire conoscenza delle procedure e delle misure di sicurezza applicabili alle Informazioni Classificate, l’Autorità Nazionale di Sicurezza di una Parte può consultare l’Autorità Nazionale di Sicurezza dell’altra Parte, anche attraverso reciproche visite previste ai sensi dell’Art. 8 del presente Accordo.
4. Le Parti riconoscono reciprocamente le Credenziali di Sicurezza rilasciate ai sensi della normativa dell’altra Parte.
5. Le Parti assicurano che le rispettive Autorità nazionali di Sicurezza garantiranno che le organizzazioni pubbliche o private dei loro Paesi si conformino agli obblighi stabiliti dal presente Accordo, conformemente alle rispettive leggi e regolamenti nazionali.

ARTICOLO 4

Norme di Sicurezza

1. Le Parti concordano che i seguenti, rispettivi livelli nazionali di classifica sono equivalenti:

Per la Repubblica Italiana	Per la Repubblica Federale del Brasile
SEGRETISSIMO	ULTRASSECRETO
SEGRETO	SECRETO
RISERVATISSIMO	RESERVADO
RISERVATO	(Nessuna equivalenza nella normativa Brasiliana)

2. La Parte Brasiliana tratterà e proteggerà le Informazioni Classificate italiane contrassegnate "RISERVATO" in maniera non meno rigorosa di quanto previsto dagli standard e dalle procedure applicate alle Informazioni Classificate contrassegnate "RESERVADO".
3. Conformemente al paragrafo 1 di questo Articolo, ciascuna delle Parti assicura che alle Informazioni Classificate dell'altra Parte sia garantito almeno il livello di protezione equivalente previsto dalla normativa nazionale.
4. La Parti non modificano né cancellano la classifica di segretezza assegnata all'Informazione Classificata dell'altra Parte senza la previa autorizzazione della stessa.
5. La Parte originatrice o trasmittente del documento informa la Parte ricevente delle modifiche apportate all'informazione scambiata.
6. L'accesso alle Informazioni Classificate al livello RISERVATISSIMO / RESERVADO e superiore è consentito a individui che abbiano Necessità di Conoscere e possiedano idonea Abilitazione di Sicurezza.
7. Le Parti si impegnano a non trasferire o divulgare le Informazioni Classificate scambiate senza la previa autorizzazione scritta della Parte originatrice o trasmittente.
8. Le Informazioni Classificate trasmesse sono utilizzate esclusivamente ai fini per i quali è avvenuta la trasmissione.
9. Le Informazioni Classificate contrassegnate SEGRETISSIMO / ULTRASSECRETO non possono essere tradotte, riprodotte o distrutte, a meno di espressa autorizzazione, per iscritto, dell'Autorità Nazionale di Sicurezza della Parte originatrice o trasmittente.
10. Le traduzioni e le riproduzioni di Informazioni Classificate sono effettuate in conformità con le seguenti procedure:
- a. i traduttori possiedono un'Abilitazione di Sicurezza Personale adeguata al livello di classifica di segretezza dell'informazione oggetto di traduzione;
 - b. le traduzioni e riproduzioni sono contrassegnate con la stessa classifica dell'Informazione Classificate originale;

- c. le traduzioni e le riproduzioni sono assoggettate alla legislazione nazionale;
- d. le traduzioni sono contrassegnate, nel linguaggio della traduzione, con la classifica di segretezza equivalente a quella dell'Informazione Classificata originale.

ARTICOLO 5

Abilitazione di Sicurezza Personale

1. Qualora una persona abbia la Necessità di Conoscere Informazioni Classificate al livello RISERVATISSIMO / RESERVADO o superiore in virtù delle sue funzioni, questa deve essere in possesso di un'adeguata Abilitazione di Sicurezza. Le Parti si impegnano a rilasciare l'Abilitazione di Sicurezza nel rispetto delle loro normative nazionali.
2. Prima di rilasciare l'Abilitazione di Sicurezza a una persona, nel rispetto della normativa applicabile, è svolta un'indagine per accertare la lealtà e l'affidabilità della persona coinvolta. Su richiesta, le Autorità di Sicurezza competenti cooperano e si forniscono assistenza reciproca nel corso delle procedure necessarie al rilascio delle Abilitazioni di Sicurezza Personali.

ARTICOLO 6

Trasmissione tra le Parti

1. Le Informazioni Classificate sono trasmesse tra le Parti tramite canali diplomatici o attraverso amministrazioni pubbliche riconosciute quali canali governativi, ovvero attraverso diverse modalità definite dalla Parti caso per caso. Le Informazioni SEGRETISSIMO / ULTRASSECRETO sono trasmesse esclusivamente tramite canali diplomatici tra le Parti.
2. Le Informazioni Classificate sono trasmesse, in conformità alle rispettive normative, attraverso sistemi e reti di comunicazione o altri strumenti elettromagnetici protetti, concordati preventivamente dalle Parti.
3. La trasmissione di Informazioni Classificate in grandi volumi o quantità deve in ogni caso essere approvata da entrambe le Autorità Nazionali di Sicurezza.
4. L'Autorità Nazionale di Sicurezza della Parte ricevente conferma, per iscritto, l'avvenuta ricezione delle Informazioni Classificate.

ARTICOLO 7

Contratti Classificati

1. L'Abilitazione di Sicurezza è obbligatoria per ogni individuo o organizzazione pubblica o privata coinvolta nella negoziazione e nell'attuazione di Contratti Classificati.
2. Ad ogni subcontraente è rilasciata un'adeguata Abilitazione di Sicurezza, ai fini della sicurezza delle Informazioni Classificate.

3. Qualora ad un'organizzazione pubblica o privata abilitata di una delle Parti sia assegnata l'esecuzione di un contratto nel territorio dell'altra Parte e tale contratto richieda lo scambio di Informazioni Classificate, la Parte sul cui territorio il contratto è eseguito pone in essere adeguate misure di sicurezza per la protezione delle informazioni nel rispetto di leggi e regolamenti nazionali.

4. I Contratti Classificati contengono le seguenti previsioni:

- a. il riferimento al presente Accordo;
- b. la specifica individuazione delle Informazioni Classificate oggetto di trattazione;
- c. la predisposizione di Istruzioni di Sicurezza del Progetto, inclusa una lista di personale coinvolto in attività classificate e dotato di Credenziali di Sicurezza;
- d. la responsabilità per i danni derivanti da Violazioni e Compromissioni di Sicurezza;
- e. l'obbligo di comunicare qualsiasi Violazione o Compromissione di Sicurezza all'Autorità Nazionale di Sicurezza;
- f. il divieto di esternalizzare l'oggetto, in tutto o in parte, senza l'espressa autorizzazione delle Parti; e
- g. l'indicazione di canali di comunicazione e strumenti per la trasmissione di Informazioni Classificate.

5. Una copia del Contratto Classificato è trasmessa all'Autorità Nazionale di Sicurezza della Parte dove il Contratto Classificato sarà eseguito, ai fini della verifica di compatibilità con le disposizioni di sicurezza.

ARTICOLO 8

Visite

1. Le Visite a qualsiasi struttura di una Parte di cittadini dell'altra Parte che comportino l'accesso a Informazioni Classificate è soggetto alla previa autorizzazione, in forma scritta, dell'Autorità Nazionale di Sicurezza della Parte che riceve la Visita.

2. Le Visite sono richieste attraverso l'Autorità Nazionale di Sicurezza con un preavviso minimo di quaranta (40) giorni dalla data in cui la Visita dovrebbe indicativamente svolgersi.

3. I cittadini di una Parte che richiedano di effettuare una Visita ai sensi del presente Articolo sono:

- a. autorizzati a ricevere o avere accesso a Informazioni Classificate sulla base della "Necessità di Conoscere", e
- b. in possesso di un'Abilitazione di Sicurezza rilasciata dal proprio Paese di origine.

4. Le richieste di Visita includono:

- a. il nome completo del visitatore, la data ed il luogo di nascita, la cittadinanza ed il numero di passaporto o carta d'identità;
- b. indicazione dell'organizzazione pubblica o privata a cui il visitatore appartiene;
- c. descrizione della Visita, organizzazione pubblica o privata che si intende visitare, durata, oggetto e scopo della Visita,
- d. indicazione di un contatto locale nell' organizzazione pubblica o privata che si intende visitare, comprensivo di nominativo completo, indirizzo e-mail e numero di telefono;
- e. indicazione del livello di segretezza delle Informazioni cui si intende accedere;
- f. le Credenziali di Sicurezza dei visitatori, incluso il livello di segretezza consentito, il periodo di validità ed ogni eventuale limitazione.

5. L'Autorità Nazionale di Sicurezza del Paese ospitante notifica l'Autorità Nazionale di Sicurezza del Paese del visitatore la sua decisione con un preavviso minimo di dieci (10) giorni dalla data in cui la Visita dovrebbe indicativamente svolgersi.

6. A seguito dell'autorizzazione della Visita, l'Autorità Nazionale di Sicurezza del Paese ospitante fornisce copia della richiesta all'organizzazione pubblica o privata che riceve la visita.

7. Nel caso di progetti o contratti che richiedano Visite ricorrenti, sarà possibile predisporre una lista di persone autorizzate. Tale lista non può essere valida per un periodo di tempo superiore a dodici (12) mesi.

ARTICOLO 9

Violazioni e Compromissioni di Sicurezza

1. In caso di Violazioni o Compromissioni di Sicurezza relative a Informazioni Classificate che coinvolgano le Parti, l'Autorità Nazionale di Sicurezza della Parte dove la Violazione o Compromissione di Sicurezza è avvenuta comunica immediatamente con l'Autorità Nazionale di Sicurezza dell'altra Parte.

2. La Parte che detiene le Informazioni Classificate dell'altra Parte che sono state oggetto di violazione o compromissione effettua un'indagine sugli eventi che hanno causato tale violazione o compromissione e informa l'altra Parte dei risultati e delle misure poste in essere.

ARTICOLO 10

Costi

Ciascuna parte sostiene i propri costi in relazione all'attuazione del presente Accordo, senza eccedere la propria dotazione ordinaria di bilancio.

ARTICOLO 11

Soluzione delle controversie

1. Ogni controversia relativa all'interpretazione o applicazione del presente Accordo è risolta attraverso la consultazione e la negoziazione diretta tra le Parti.
2. Nelle more della soluzione della controversia, le Parti continuano a rispettare il presente Accordo.

ARTICOLO 12

Entrata in vigore

1. Il presente Accordo entra in vigore il primo giorno del secondo mese successivo alla data della seconda notifica con cui le Parti si informano ufficialmente che le relative ratifiche sono state completate.
2. Il presente Accordo sostituisce l'Accordo per il Mantenimento della Segretezza tra la Repubblica Italiana e la Repubblica Federale del Brasile del 27 Agosto 1976, fatto tramite scambio di Note, che cessa di produrre effetti il giorno in cui il presente Accordo entra in vigore.

ARTICOLO 13

Emendamenti

1. Il presente Accordo può essere emendato in forma scritta con il reciproco consenso delle Parti.
2. Gli emendamenti entrano in vigore secondo i termini stabiliti all'art. 12 del presente Accordo.

ARTICOLO 14

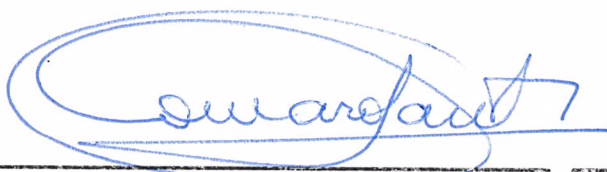
Validità e denuncia

1. Il presente Accordo resta in vigore con durata indeterminata.
2. Ciascuna Parte può notificare all'altra, in qualsiasi momento, la sua decisione di denunciare il presente Accordo. La denuncia ha effetto sei (6) mesi dopo la data di tale notifica.
3. In caso di denuncia, tutte le Informazioni Classificate scambiate ai sensi del presente Accordo continuano ad essere protette dalla parte ricevente, esclusi i casi in cui la Parte trasmittente esenti la Parte ricevente da tale obbligo.

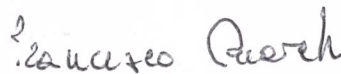
Fatto a Brasilia il 4 luglio 2023. in due (2) originali, ciascuno nelle lingue italiana, portoghese e inglese, tutti i testi facendo ugualmente fede. In caso di divergenze interpretative, il testo in lingua inglese prevale.

PER IL GOVERNO DELLA
REPUBBLICA FEDERALE DEL BRASILE

PER IL GOVERNO DELLA
REPUBBLICA ITALIANA



MARCOS ANTONIO AMARO DOS SANTOS
Ministro di Stato Capo dell'Ufficio Sicurezza
Istituzionale della Presidenza



FRANCESCO AZZARELLO
Ambasciatore d'Italia in Brasile